

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / XII ( 1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Os impactos da aplicação do roubo nos salários na NAV para os trabalhadores, a empresa e o próprio Estado

Destinatário: Min. da Economia e do Emprego

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Recentemente, o Grupo de Trabalho da Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia recebeu a Comissão de Trabalhadores da NAV, que entre outras questões, forneceu uma informação detalhada sobre as consequências práticas para os trabalhadores, para a empresa e para o país da aplicação dos ilegais cortes nos salários dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, impostos por via do Orçamento do Estado para 2011 e reiterados no Orçamento de Estado para 2012.

Eles confirmam no essencial o quadro que o PCP já denunciara, e que o Governo (quer o actual, quer o anterior), reiteradamente ignorou, cego pelo preconceito de classe que o norteia. As consequências para os trabalhadores são evidentes: uma substancial redução dos seus rendimentos e direitos.

Já as consequências para a NAV e para o país são menos evidentes, mas não menos graves. Por via da regulamentação europeia sobre as taxas de rota, a redução de despesas da NAV implicou a redução dessas taxas. Os únicos beneficiados foram as companhias aéreas, principalmente as estrangeiras, que viram os seus custos diminuir. Já o Estado português não só arrecadou menos impostos sobre os rendimentos do trabalho, como perdeu dezenas de milhões de euros em exportações de serviços.

Mais uma vez se constata o carácter das políticas de redução de salários: sacrifícios para os trabalhadores, benefícios para o capital e as multinacionais, redução das receitas do próprio Estado. Mas o Governo prossegue a sua política, cego pela ideologia ou subserviente às multinacionais e suas troikas.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia e Emprego:

1. Que avaliação já realizou o Governo sobre os impactos da aplicação destas medidas de roubo nos salários na NAV?
2. Que conclusões retirou desse estudo?
3. Como explica a manutenção de uma política com efeitos tão negativos?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 12 de Janeiro de 2012

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)